

MATRIZ DE REFERÊNCIA DA REDE ESTADUAL 2025

Ficha técnica

Governador

Eduardo Figueiredo Cavalheiro Leite
Vice-governador
Gabriel Souza

Secretaria de Estado da Educação

Raquel Figueiredo Teixeira

Secretária-adjunta

Stefanie Henking Eskereski

Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação - SubEdu

Marcelo Jerônimo Rodrigues Araújo - Subsecretário
Cássia Cristina Benini - Subsecretária-adjunta

Departamento de Desenvolvimento Curricular da Educação Básica - DECEB

Sherol dos Santos - Diretora
Paula Tatiane de Azevedo - Diretora-adjunta

Divisão de Ensino Fundamental

Rossana Ramos de Aguiar

Equipe Ensino Fundamental

Cristiane Rui Dias Marques
Glauciane Macari Haupenthal
Karine de Oliveira Marques

Leandro Balejos Pereira

Leticia Guimarães Araújo

Maria Carmo Moraes Fernandes

Divisão de Ensino Médio

Kátia Luciane Souza da Rocha - Chefia de Divisão

Equipe Ensino Médio

Aline da Silva Santos Miotto

Carla Barbosa

Carolina Ferreira Noronha

Claudia Ema de Oliveira

Danusa Elena Zanella

Eduardo de Almeida

Luana Müller

Mara Susana da Rosa Souza

Michelle Inácio Tadielo Borges

Priscila Nunes Pereira

Rafael Preussler de Aguiar

Rita de Fátima Ribeiro Chagas Avelin

Professores colaboradores:

Ana Paula Bertol

Edson Fabrício Dias da Silva

Eduardo Engers Oliveira

Martina Isnardo Gusmão

APOIO TÉCNICO

Instituto Reúna

Diretoria-executiva

Kátia Stocco Smole

Gerência técnico-pedagógica

Priscila Santos de Oliveira

Tiago Monteiro de Messias

Coordenação do projeto

Igor Ventura

Maria Eduarda Alexandrina

Mariana Marcondes

EQUIPE DE PRODUÇÃO

Consultoria pedagógica

Camila Vaz Antunes

Coordenação de Ciências Humanas

Priscilla de Mendonça Schmidt

Componente de Geografia

Murilo Rossi

Componente de História

Priscilla de Mendonça Schmidt

Componentes de Língua Portuguesa e Literatura

Eliane Aguiar

Componente de Língua Inglesa

Fernanda Castro Dobashi de Oliveira

Componente de Arte

Luciana Nobre

Componente de Matemática

Mathema

Componentes de Ciências Ciências da Natureza

Triade Soluções Educacionais

Componente de Educação Física

Mariano Leal de Medeiros

Leitura crítica para produção de Educação Ambiental

Jefferson Sodré Menezes

Leitura crítica para produção de Educação para Relações Étnico-Raciais e Direitos Humanos

Mayana Nunes

PÓS PRODUÇÃO

Edição de texto

Marina Fortes

Matriz de Competências Socioemocionais

Instituto Ayrton Senna

Diretora de Educação

Inês Miskalo

Gerência de Conteúdo Pedagógico Socioemocional

Maria Lúcia Voto

Gerência de pesquisa do eduLab21

Ana Carolina Zuanazzi

Consultor especialista em Ciências da Natureza

Jefferson Sodré Meneses

Consultora especialista em Língua Portuguesa

Helena Isoppo Schmid

Consultora especialista em Matemática

Michele Andréia Borges

Consultora especialista em anos iniciais do fundamental

Thelmely Torres

Carta de Abertura

Caros colegas educadores,

Hoje iniciamos um novo capítulo em nossa jornada coletiva pela educação pública, guiados pela convicção de que a escola é o lugar onde o futuro se constrói com coragem, empatia e propósito. Apresentamos a vocês a Matriz de Referência da Rede Estadual de 2025, um documento que não é apenas uma ferramenta pedagógica, mas uma expressão do nosso compromisso com cada estudante, com cada sala de aula e com cada história que cruzar nossos caminhos.

Este material nasce da vivência e experiência de quem conhece profundamente os desafios e as potencialidades da educação. Somos servidoras/es públicas, professoras/es que um dia vibraram com a descoberta de um estudante e que agora, na gestão pedagógica, nos dedicamos a construir caminhos que possibilitem a realização plena do potencial de todas/os educadores e estudantes. Este trabalho reflete o amor pela escola, pela diversidade e pela oportunidade que a educação oferece de transformar vidas, especialmente em momentos desafiadores.

Sabemos que 2024 foi um ano de grandes adversidades. Enfrentamos juntas/os uma calamidade pública que impactou profundamente nossas comunidades escolares e nos lembrou da força da resiliência. É a partir desse cenário que apresentamos uma Matriz que não é só uma diretriz, mas uma convocação: a de reconstruirmos juntas/os as aprendizagens, garantindo a equidade, a inclusão e a justiça social.

O foco deste documento é, também, olhar para o horizonte. Nele, reafirmamos o compromisso com a Educação Climática e a Justiça Ambiental, princípios essenciais em um mundo que exige de nós a coragem de formar cidadãos críticos e conscientes de seu papel na construção de um futuro mais sustentável. A transversalidade, a interdisciplinaridade e a educação integral permeiam cada aspecto desta Matriz, pois acreditamos que somente assim poderemos formar estudantes completos, capazes de enfrentar os desafios com empatia, pensamento crítico e protagonismo.

A cada colega que receber este documento, queremos lembrar: vocês não estão sozinhas/os. Somos um time que aprende e constrói juntos. Estamos aqui para apoiar vocês, para ouvir suas necessidades e para fortalecer o trabalho coletivo. Cada orientação contida neste material foi pensada com cuidado, com um profundo respeito por quem faz da educação sua missão de vida.

Que esta Matriz inspire novas possibilidades e renove em todos nós a crença no poder transformador da educação. Estamos confiantes de que, juntas, conseguiremos superar as adversidades, reconstruir caminhos e garantir o direito à aprendizagem de todos e todas, sem distinção ou preconceitos.

Com parceria e esperança,

Equipe do Departamento de Desenvolvimento Curricular da Educação Básica - SubEdu

Introdução

As Matrizes de Referência da Rede Estadual de 2025 emergem em um momento de renovação e compromisso coletivo com a educação pública do Rio Grande do Sul. Elas foram concebidas não apenas como um instrumento de organização curricular, mas como um guia que reflete os princípios e valores que sustentam a nossa missão de transformar a escola em um espaço inclusivo, equitativo e conectado com os desafios contemporâneos. Neste documento, professores encontram a priorização curricular fundamentada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e nos Referenciais Curriculares Gaúchos (RCG-EF e RCGEM), com habilidades organizadas por componentes e ano/série da educação básica, distribuídas ao longo dos trimestres de 2025.

Estas Matrizes são guiadas por princípios estruturantes que integram cada etapa do planejamento escolar. O princípio da *transversalidade* promove a compreensão do mundo em sua totalidade, conectando diferentes áreas do conhecimento e abordando temas como cidadania, sustentabilidade e ética. A *interdisciplinaridade*, por sua vez, incentiva a reflexão sobre questões sociais, culturais e ambientais, formando indivíduos que compreendem as interconexões entre os fenômenos da realidade e atuam de forma transformadora. Já o princípio de *altas expectativas de aprendizagem* desafia a todos nós a garantirmos que todos os estudantes, independentemente de suas condições de partida, tenham as mesmas oportunidades de sucesso e desenvolvimento pleno.

As premissas que sustentam as Matrizes também traduzem o nosso compromisso com a formação integral e a justiça social. A Educação Climática e a Justiça Ambiental são abordagens essenciais para desenvolver a consciência crítica e a responsabilidade socioambiental, enquanto o desenvolvimento socioemocional prepara os estudantes para interações mais humanas e colaborativas em um mundo em constante transformação. Essas diretrizes também fortalecem a educação em direitos humanos e das relações étnico-raciais, promovendo o respeito à diversidade e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Como parte desse movimento, os professores utilizarão as Matrizes para preencher o Planejamento de Aulas, um modelo padronizado que potencializa a organização pedagógica e facilita a integração de temas prioritários, metodologias ativas e competências socioemocionais. Este processo não apenas assegura a coesão entre os objetivos

curriculares e as práticas educativas, mas também cria espaços para a reflexão, a adaptação e o aprimoramento contínuo.

O ano de 2025 é também um período de recomposição das aprendizagens, especialmente diante das adversidades enfrentadas pelas comunidades escolares em 2024, como a calamidade climática que impactou tantas regiões do estado. Essa matriz é, portanto, um convite à resiliência e à reconstrução, com foco no desenvolvimento integral dos estudantes e na preparação para os desafios futuros.

Com estas diretrizes, as Matrizes de Referência de 2025 não são apenas uma ferramenta pedagógica, mas um manifesto por uma educação pública que acolhe, transforma e impulsiona. Convidamos cada professor a explorar este documento com olhar crítico e colaborativo, utilizando-o como ponto de partida para criar experiências de aprendizagem significativas e transformar vidas. Porque a educação que sonhamos para nossos estudantes é também aquela que construímos juntos, com coragem, dedicação e esperança.

Matriz Referência 2025: princípios e premissas

A inclusão de princípios e premissas de forma objetiva e direta em um documento curricular é essencial para garantir a transparência e a orientação do ensino. Princípios atuam como guias, orientando o desenvolvimento de políticas educacionais e práticas pedagógicas, enquanto as premissas fornecem o alicerce para a formulação de objetivos específicos e alcançáveis. Essa estrutura permite que educadores e gestores entendam nitidamente o que se espera deles, facilitando a implementação de estratégias de ensino que estejam alinhadas com uma visão compartilhada de educação. Além disso, ao estabelecer um quadro bem definido, o documento promove a transparência e a responsabilidade, permitindo que a comunidade escolar avalie o progresso e ajuste as práticas conforme necessário. Dessa forma, a articulação entre princípios e premissas não apenas fortalece o entendimento do propósito educacional, mas também assegura que as ações cotidianas na sala de aula reflitam essas diretrizes, promovendo uma educação mais eficaz e integrada.

Um *princípio* é uma crença fundamental ou proposição ampla que orienta o pensamento e a ação. Uma *premissa* é uma declaração específica que serve como base para um argumento ou raciocínio particular. Os princípios tendem a ser mais abrangentes e amplos em sua aplicação, enquanto as premissas são mais específicas e contextualizadas em um argumento ou linha de raciocínio. Ambos conceitos são utilizados neste documento para apoiar a definição dos objetivos da Matriz de Referência 2025, pois as premissas fornecem o contexto para estabelecer objetivos realistas e alcançáveis. Ao mesmo tempo, os objetivos guiam a definição e a avaliação das premissas, garantindo que elas estejam alinhadas com o propósito geral (princípios).

MATRIZ DE REFERÊNCIA 2025

PRINCÍPIOS E PREMISSAS



PRINCÍPIOS

Transversalidade

O princípio da transversalidade do currículo oportuniza que o conhecimento seja abordado de modo integrado, superando a compartimentação dos saberes e acessando a conexão entre diferentes áreas do conhecimento e visa preparar os/as estudantes para a compreensão do mundo com um todo, levando em conta todas as suas dimensões, onde os fenômenos e problemas da realidade não se apresentam de forma isolada, mas inter-relacionados.

A BNCC propõe um conjunto de habilidades que favorecem o desenvolvimento integral dos estudantes, enfatizando não apenas o conhecimento acadêmico, mas também competências socioemocionais e a capacidade de resolução de problemas complexos. Ao articular diferentes áreas do conhecimento, os educadores podem contextualizar os conteúdos de forma mais significativa, promovendo uma compreensão holística da realidade.

Dessa forma, a transversalidade viabiliza a incorporação de temas relevantes como cidadania, sustentabilidade e ética, que perpassam todos os componentes curriculares e colaboram para a formação de sujeitos mais conscientes e engajados socialmente. A transversalidade incorporada ao currículo como um princípio indica que todos os assuntos e temas que perpassam o território devem ser tratados pela comunidade escolar, dialogando diretamente com a perspectiva integral da educação, ou seja, considera todas as dimensões que atravessam o indivíduo como importantes e passíveis de desenvolvimento na escola

Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade é adotada aqui na perspectiva crítica e refere-se à articulação de saberes entre diferentes áreas do conhecimento para a construção de uma compreensão ampla e integrada das complexas questões sociais, culturais e ambientais. Essa prática pedagógica é essencial para a formação de cidadãos/cidadãs conscientes, capazes de refletir sobre sua realidade e agir de forma transformadora, promovendo principalmente a formação de indivíduos reflexivos e conscientes das interconexões entre diferentes sistemas de opressão e desigualdade, que compreendam o impacto das mudanças climáticas, da exploração ambiental e das discriminações sobre diferentes grupos sociais, incentivando uma postura ativa e comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, tanto no âmbito local quanto global.

Ao promover uma visão integrada da realidade, que destaca a interdependência entre ideias e conceitos, a interdisciplinaridade contribui para a superação de abordagens fragmentadas e hierarquizadas, típicas do pensamento

cartesiano. Esse movimento reconhece que o aprendizado não ocorre apenas pela razão, mas também pelas sensações, intuições e emoções, valorizando a criatividade, o diálogo e a reflexão crítica. A interdisciplinaridade, portanto, é fundamental para ressignificar o trabalho pedagógico, permitindo que educadores/as e escolas promovam ambientes de aprendizagens de forma holística e conectada na realidade.

Altas expectativas de aprendizagem

A crise sanitária de 2020 resultou em perdas significativas de aprendizagem para os estudantes, com consequências potencialmente duradouras em sua participação futura no mercado de trabalho, renda, saúde e bem-estar social. No RS essa crise de aprendizagem foi agravada pela situação de calamidade pública provocada por eventos climáticos extremos em 2024, e por isso são necessárias ações que possam garantir a manutenção do vínculo da escola com os(as) estudantes e deles(as) com as aprendizagens essenciais, buscando garantir os direitos de aprendizagem com o foco nos(as) mais vulneráveis e afetados(as) por perdas de aprendizagem. A ausência prolongada da escola tende a acentuar as desigualdades entre os estudantes. Por isso, é essencial que nossa abordagem se concentre na igualdade de oportunidades educacionais e na alta expectativa de aprendizagem, assegurando a recuperação e a recomposição das aprendizagens e, assim, promovendo uma escola que valorize a equidade.

A cultura de altas expectativas de aprendizagem se refere ao estabelecimento de expectativas elevadas e desafiadoras para o desempenho acadêmico de todos/as os/as estudantes, reconhecendo que todos/as os/as estudantes, independentemente de suas origens étnico-raciais, de gênero, deficiência ou condição social, possuem um enorme potencial para contribuir ativamente para a sociedade. O princípio baseia-se na crença de que, quando são fornecidas as condições adequadas de ensino e aprendizagem, todos/as os/as estudantes podem atingir níveis elevados de desempenho e se tornarem protagonistas de suas trajetórias. Nesse sentido, o currículo não apenas oferece saberes desafiadores e contextuais, mas também valoriza a inclusão, a equidade e o compromisso ambiental, criando um espaço onde as singularidades de cada indivíduo são respeitadas e valorizadas. Dessa forma, a Matriz de Referência deve ser reorganizada a partir desse princípio para assegurar que todos(as) estudantes tenham a oportunidade de recompor as aprendizagens de que apresentaram defasagens e aprender o esperado para o ano/série que estão cursando, para que se possa interromper a produção de novas defasagens.

Educação Integral

O desenvolvimento integral dos/as estudantes busca a formação completa em todas as suas dimensões: intelectual, emocional, social, ética, física e cultural. O currículo deve ser holístico, valorizando a interconexão entre os saberes, abordando questões sociais e ambientais de forma integrada, e promovendo o protagonismo dos/as estudantes na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

A Educação Integral no currículo deve também incentivar o bem-estar físico e emocional dos/as estudantes, garantindo práticas inclusivas no cotidiano escolar, abrangendo atividades artísticas, esportivas e de saúde.

PREMISSAS

Educação Climática e Justiça Ambiental

A Educação Climática surge como uma ferramenta essencial para preparar cidadãos/cidadãs conscientes e promover a justiça ambiental, buscando o equilíbrio entre desenvolvimento e sustentabilidade. Trata-se de um conjunto de práticas pedagógicas que visam conscientizar e preparar os estudantes para compreender e enfrentar os desafios das mudanças climáticas. Ela busca desenvolver competências e atitudes que incentivem a responsabilidade socioambiental, a sustentabilidade e a ação coletiva em prol da mitigação e adaptação às alterações climáticas. Ela também incentiva o entendimento das interconexões entre a preservação do meio ambiente, a garantia de direitos humanos e a promoção de relações étnico-raciais igualitárias, combatendo o racismo ambiental. Essa abordagem fomenta uma consciência crítica e solidária, capacitando os/as estudantes a enfrentar os desafios ambientais contemporâneos e suas repercussões sociais, especialmente em relação à equidade racial, justiça social e o direito a um ambiente saudável.

Essa premissa está indissociavelmente conectada à Educação Ambiental, a Educação em Direitos Humanos e a Educação das Relações Étnico-Raciais (eixo unificador). A inserção desses temas transversais visa desenvolver habilidades e competências para preparar os/as estudantes para compreender o mundo em sua totalidade, levando em consideração as múltiplas dimensões dos fenômenos e problemas da realidade, que se apresentam de forma inter-relacionada.

Ao contemplar esses temas de maneira contextualizada, a escola oportuniza a formação de sujeitos críticos, reflexivos e engajados socialmente, capazes de entender as conexões entre os diferentes aspectos da realidade. A cidadania se fortalece à

medida que os/as estudantes compreendem seus direitos e deveres, participam ativamente da vida social e política e assumem a responsabilidade pela construção de um mundo mais justo. A sustentabilidade é abordada de forma integrada, conectando questões ambientais, sociais e econômicas e incentivando a adoção de práticas sustentáveis no cotidiano. A ética orienta as ações dos/as estudantes, promovendo o respeito ao outro, a valorização das vivências e a construção de relações mais justas e solidárias.

O currículo deve abordar de forma crítica como a degradação ambiental afeta desproporcionalmente as populações vulneráveis, especialmente grupos étnico-raciais historicamente marginalizados, como indígenas e quilombolas, integrando os saberes ancestrais dessas comunidades e reconhecendo seus protagonismos na preservação ambiental. Assim, o currículo reafirma a necessidade de ações reparatórias e reflexões sobre a exploração dos recursos naturais e seus impactos, alinhando a Educação das Relações Étnico-Raciais à Educação Ambiental e à Justiça Climática, preparando os/as estudantes para enfrentar e solucionar os desafios globais e locais de maneira crítica e sustentável.

Diante disso, é essencial que a Educação Ambiental seja atrelada à Educação Climática e à Justiça Ambiental, integrando a consciência e a sustentabilidade em todos os componentes curriculares, fortalecendo as discussões sobre como a degradação ambiental afeta desproporcionalmente os grupos vulnerabilizados, refletindo sobre o papel das ações humanas nas crises ambientais, e, fomentar debates sobre políticas públicas e soluções para mitigar os efeitos das mudanças climáticas.

Dessa forma, a Matriz de Referência deve destacar a importância dos saberes ancestrais das comunidades tradicionais e os efeitos das injustiças climáticas que as afetam de forma desproporcional. Essa abordagem fortalece uma consciência crítica sobre o papel da diversidade cultural na busca por soluções para a crise climática, promovendo não apenas o conhecimento técnico sobre o clima, mas também fomentando uma cultura de cuidado e ação em relação ao meio ambiente.

Para saber mais!

Acesse aqui as [Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação](#) para as Relações Étnico-Raciais (ERER, Educação Ambiental (EA) e Direitos Humanos (DH).

Desenvolvimento Socioemocional

As competências socioemocionais desempenham um papel fundamental, uma vez que abrangem o desenvolvimento emocional, social e ético. Isso implica que essas competências devem ser trabalhadas em conexão com a cidadania, a justiça social e a diversidade, preparando os/as estudantes para interações mais humanas e colaborativas. Além disso, é urgente que a escola prepare os/as estudantes para enfrentar as transformações ambientais, sociais e tecnológicas que se tornam cada vez mais complexas.

Essas habilidades contribuem para o desenvolvimento de estudantes resilientes, capazes de enfrentar adversidades e promover comunidades escolares coesas, especialmente no contexto de justiça ambiental e educação climática. Ao longo do currículo, é importante criar espaços que promovam a reflexão, a expressão emocional e o trabalho em equipe, usando atividades práticas e projetos interdisciplinares que estimulem a interação.

Diante das mudanças climáticas, é importante preparar os indivíduos para agir de forma transformadora, com empatia, espírito crítico e capacidade de adaptação. A resiliência, neste cenário, permitirá que as futuras gerações enfrentem os desafios ambientais de maneira consciente, promovendo um futuro mais sustentável e justo. Visando preparar os/as estudantes para atuarem socialmente em relação às mudanças climáticas, entende-se que a competência da resiliência socioambiental deve ser desenvolvida. A implementação dos valores civilizatórios indígenas e afro-brasileiros, são exemplos/referências que auxiliam na construção dessa competência para que as comunidades escolares possam agir com coesão, confiança e solidariedade social nas diversas situações desafiadoras.

O desenvolvimento das competências socioemocionais estimula ainda a formação de sujeitos críticos e responsáveis, comprometidos com a equidade, com o anticapacitismo, com o respeito à diversidade étnico-racial, de gênero e sexual, fortalecendo e proporcionando a criação de um ambiente escolar que valorize o autocuidado, a saúde emocional e mental e o respeito mútuo.

Para saber mais!

Confira [o artigo](#) de referencial teórico da priorização das Competências Socioemocionais.

Desenvolvimento da Cidadania

Essa premissa orienta o currículo a integrar saberes, habilidades e competências essenciais para a vida, tanto no exercício da cidadania quanto na participação no mundo do trabalho. Além disso, estimula o pensamento crítico, permitindo que os/as estudantes analisem e questionem a realidade social, uma habilidade indispensável em um mundo repleto de informações e desinformações.

Ao se perceberem como parte de um todo, os/as estudantes adotam temas como direitos humanos, desigualdade social e crises ambientais (incluindo as perspectivas dos campos da política, mídias, sociedade civil, economia e direito), sendo sensíveis às realidades de outros povos e comprometidos com a justiça e a equidade em escala regional e global.

Por fim, o desenvolvimento da cidadania deve fortalecer as habilidades de liderança e trabalho em equipe, prerrogativas essenciais para a resolução de conflitos e para o desempenho tanto pessoal quanto profissional, o que acaba por reforçar a autoconfiança e a autoestima dos/as estudantes para se posicionarem de maneira ética e a contribuírem para a justiça social, trabalhando em prol de mudanças que beneficiem suas comunidades e o mundo.

Pensamento Computacional e Cultura Digital

A integração das competências de Computação na educação básica é fundamental para formar cidadãos/cidadãs críticos/as e atuantes na sociedade contemporânea, e dialoga diretamente com o desenvolvimento integral dos/as estudantes, ao preparar as novas gerações para um mundo cada vez mais digital e tecnológico. Os fundamentos da ciência da computação devem estar diretamente relacionados à capacitação dos/as estudantes não apenas no uso de tecnologias digitais, mas também no pensamento computacional e na resolução de problemas complexos, na atitude ética no uso dos mais diversos recursos digitais. A inclusão dessa área no currículo promove uma educação voltada para o futuro, que desenvolve habilidades essenciais para o trabalho, a vida social e o exercício pleno da cidadania em um mundo cada vez mais digital. Dessa forma, o pensamento computacional e a cultura digital devem ser implementados de forma transversal ao currículo.

O Pensamento Computacional envolve o raciocínio lógico, a resolução de problemas complexos e o desenvolvimento de habilidades críticas e criativas. É uma abordagem que promove a decomposição de problemas, a identificação de padrões, a abstração e a criação de algoritmos, elementos que se aplicam a diversas áreas do conhecimento e situações do cotidiano. Cultura Digital visa proporcionar o letramento digital dos/as estudantes, habilitando-os a usar e entender criticamente as

tecnologias digitais e a analisar seus impactos sociais, políticos e éticos. Isso inclui o uso consciente e ético das mídias digitais, a participação ativa na cidadania digital e a compreensão dos processos de produção e consumo de conteúdos tecnológicos.

A transversalidade dessas habilidades no currículo estadual permite que os/as estudantes desenvolvam uma visão crítica sobre a tecnologia, enquanto são empoderados/as para utilizá-la como ferramenta de transformação social e resolução de problemas ligados a questões locais e globais, como as mudanças climáticas e a desigualdade social. Nossa sociedade oferta desafios em teia, de maneira complexa e globalizada, logo, formar cidadãos capazes de gerar soluções integradas, criativas e articuladas - com vários campos do conhecimento - utilizando a tecnologia e interligando aos saberes dos Direitos Humanos, das Relações Étnico-Raciais e da Educação Ambiental é uma das responsabilidades do pensamento computacional neste referencial curricular.

Catálogo das Matrizes de Referência para o ano letivo 2025














Ensino Fundamental - Anos Iniciais

1º ano	 1º ano_Matriz 2025.pdf
2º ano	 2º ano_Matriz 2025.pdf
3º ano	 3º ano_Matriz 2025.pdf
4º ano	 4º ano_Matriz 2025.pdf
5º ano	 5º ano_Matriz 2025.pdf

Ensino Fundamental - Anos Finais

Língua Portuguesa	 Matriz 2025_LP_Anos Finais...
Arte	 Matriz 2025_ART_Anos Finai...
Educação Física	 Matriz 2025_Ed.Fis_Anos Fin...
Língua Estrangeira - Inglês	 Matriz 2025_ING_Anos Finai...
Língua Estrangeira - Espanhol	 Matriz 2025_ESP_Anos Finai...
Matemática	 Matriz 2025_MAT_Anos Finai...
Ciências	 Matriz 2025_CIE_Anos Finais...
Geografia	 Matriz 2025_GEO_Anos Finai...
História	 Matriz 2025_HIS_Anos Finai...
Ensino Religioso	 Matriz 2025_ER_Anos Finais....

Ensino Médio - Formação Geral Básica

Linguagens e suas tecnologias	1ª série	 Matriz 2025_EMG_1ª_LGG.pdf
	2ª série	 Matriz 2025_EMG_2ª_LGG.pdf
	3ª série	 Matriz 2025_EMG_3ª_LGG.pdf
Matemática e suas tecnologias	1ª série	 Matriz 2025_EMG_1ª_MAT.pdf
	2ª série	 Matriz 2025_EMG_2ª_MAT.pdf
	3ª série	 Matriz 2025_EMG_3ª_MAT.pdf (arquivo atualizado em 07/02/2025)
Ciências da Natureza e suas tecnologias	1ª série	 Matriz 2025_EMG_1ª_CNT.pdf
	2ª série	 Matriz 2025_EMG_2ª_CNT.pdf
	3ª série	 Matriz 2025_EMG_3ª_CNT.pdf
Ciências Humanas e suas tecnologias	1ª série	 Matriz 2025_EMG_1ª_CHS.pdf
	2ª série	 Matriz 2025_EMG_2ª_CHS.pdf
		 Matriz 2025_EMG_2ª_Ensino Religioso.pdf
	3ª série	 Matriz 2025_EMG_3ª_CHS.pdf